



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 6 N.11 Novembro de 2017

**APRECIÇÃO DO MECANISMO DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE
TRABALHO EM RUY MAURO MARINI**

MARIA GORETI JUVENCIO SOBRINHO

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará
Periodicidade Mensal – Volume 6 – Nº 11 – Novembro de 2017 (Especial V Seminário Amazônia)

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Rômulo Simões Angélica

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel

Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias

Coordenador do Mestrado e Doutorado em Economia: Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Editores

José Raimundo Barreto Trindade - Principal

Sérgio Luis Rivero

Conselho Editorial

Armando Lírio de Souza

Marcelo Bentes Diniz

Ricardo Bruno dos Santos

Francisco de Assis Costa

José Raimundo Trindade

**Danilo de Araújo
Fernandes**

Gilberto de Souza Marques

Sérgio Luis Rivero

Gisalda Filgueiras

Márcia Jucá Diniz



Cadernos CEPEC
Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract, palavras-chaves e Classificação JEL (Journal of Economic Literature).

Este número especial deve-se ao V Seminário Amazônias realizado no período de 20 a 22 de setembro de 2016, organizado pelo Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) e Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET), os artigos publicados foram selecionados para participação no referido seminário.

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail: jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <https://goo.gl/UuiC84>

Portal de Periódicos CAPES: <https://goo.gl/tTKEB4>

APRECIACÃO DO MECANISMO DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM RUY MAURO MARINI

MARIA GORETI JUVENCIO SOBRINHO¹

Resumo

Em face das sucessivas ofensivas que a autocracia burguesa vem impondo ao trabalho no Brasil, como as reformas trabalhista e previdenciária, a fim de subtrair, ainda mais, da classe trabalhadora as suas condições mínimas de sobrevivência e transformá-las em fundo de acumulação do capital, é oportuna a retomada de algumas teses do cientista social brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997). O presente artigo aborda especialmente o fundamento da economia dependente/subordinada e as implicações da globalização do capital sobre o trabalho, segundo Marini. Ao final do texto, sugere-se uma aproximação entre a tese desse autor sobre a extensão da superexploração da força de trabalho aos países centrais e a de I. Mészáros relativa à equalização, para baixo, das taxas diferenciais de exploração.

Palavras-chave:

Economia dependente/subordinada. Superexploração da força de trabalho. Capital. Globalização

Abstract

In view of the repeated offensives, such as labor and social security reforms, that the bourgeois autocracy currently imposes on workers in Brazil in order to take ever larger portions of the working class living conditions and incorporate them into fund of capital accumulation, it is opportune to revisit some theses by the Brazilian social scientist Ruy Mauro Marini (1932-1997). This paper discusses the fundamentals of dependent/subordinate economy and the implications of capital globalization on labor class, according to Marini. Furthermore, we suggest a convergence between Marini's thesis on the arrival of overexploitation of labor force in central countries and that of I. Mészáros on the downward equalization of differential exploitation rates.

Key-words:

Dependent/subordinated economy. Overexploitation of the labor force. Capital. Globalization

¹ Doutora em ciências sociais, PUC/SP, 2012, Mestre em ciência política, UNICAMP, 2003. Professora da Faculdade Cásper Líbero (1996-2014). Editora da Revista *Communicare* (2010-2013) (FCL) e membro do conselho científico *Cadernos de Ciências Sociais*, Centro Universitário Fundação Santo André – CUFSA. E-MAIL: mgsobrinho@gmail.com

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO COMO FUNDAMENTO DA ECONOMIA DEPENDENTE.....	6
3. TENDÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. INTRODUÇÃO

Em face das sucessivas ofensivas que a autocracia burguesa vem impondo ao trabalho no Brasil, como as reformas trabalhista e previdenciária, a fim de subtrair, ainda mais, da classe trabalhadora as suas condições mínimas de sobrevivência e transformá-las em fundo de acumulação do capital, parece-nos oportuna a retomada de algumas teses do cientista social brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997), especialmente acerca da superexploração da força de trabalho.

O presente texto está dividido em três seções. Na primeira são discutidas as determinações históricas da superexploração da força de trabalho, os fundamentos da deterioração dos termos de troca, a formação subordinada da industrialização das economias latino-americanas, notadamente a brasileira, e as particularidades do ciclo do capital na economia dependente, segundo Marini. A segunda seção trata das implicações da globalização do capital sobre o trabalho, que ocuparam a atenção de Marini em seus últimos escritos. Na última seção, onde são feitas as considerações finais, sugere-se uma aproximação entre a tese de Marini sobre a extensão da superexploração da força de trabalho aos países centrais e a de I. Mészáros relativa à equalização, para baixo, das taxas diferenciais de exploração.

2. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO COMO FUNDAMENTO DA ECONOMIA DEPENDENTE

Marini busca demarcar as determinações históricas que inviabilizaram, nas formações latino-americanas, o mesmo percurso e os traços do capitalismo nos países centrais, de modo que o conceito de “dependência” expressa, para este autor, “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, 2000a, p. 109), subordinação essa que, engendrada inicialmente pelos países europeus na América Latina, em sua fase colonial, e determinada pela circulação do capital comercial, foi recriada com a inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, posta pela grande indústria, quando, então, as relações de produção desses países subordinados foram modificadas “para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000a, p. 109).

Dessa forma, as economias latino-americanas foram chamadas a “coadjuvar a acumulação de capital” nos países centrais (MARINI, 2000a, p. 132), fornecendo-lhes

gêneros de subsistência da força de trabalho, que permitiram àqueles se especializarem na produção de manufaturas, e, logo em seguida, exportando-lhes matérias-primas industriais, cuja demanda cresceu em virtude do próprio avanço do desenvolvimento industrial e da elevação da produtividade do trabalho naqueles países. Com efeito, a economia dependente (subordinada) colaborou para o desenvolvimento do capitalismo e para que “o eixo da acumulação” dos países centrais se deslocasse “da produção da mais-valia absoluta à da mais-valia relativa” (MARINI, 2000a, pp. 112-3).

Ao passo que se elevou a produtividade do trabalho e, por conseguinte, a composição orgânica do capital nos países centrais, a economia dependente coadjuvou a redução do valor do capital variável (pela ampliação da oferta de alimentos) e a redução do valor do capital constante (pela oferta de matérias-primas) (MARINI, 2000a, pp. 115-7), função essa que colaborou para que, nos países centrais, “a elevação da produtividade, sobre a base do aumento do capital constante, não pressionasse para baixo a taxa de lucro” (MARINI, 2000b, pp. 175-6)². Por outras palavras, a contrapartida à tendência à queda da taxa de lucro, que o aumento da composição orgânica do capital acarretou nos países centrais, foi feita pela importação de alimentos e de matérias-primas da América Latina, que, ao facilitar a redução do valor do capital variável e do capital constante, permitiu que os países centrais obtivessem cotas cada vez mais elevadas de mais-valia, de modo a manter ou a ampliar as suas taxas de lucro.

Porém, esse mesmo processo de desenvolvimento e expansão da indústria nos países centrais engendrou a sua outra face contraditória das relações de subordinação, ou seja, enquanto a indústria avançou nos países centrais, elevando a produtividade do trabalho extraindo a mais-valia, sob a forma relativa, o percurso imposto à região latino-americana foi outro, na qual prevaleceu um baixo nível de capacidade produtiva do trabalho, uma produção de bens de origem agropecuária e uma indústria extrativa, direcionadas para o mercado mundial, e baseadas no emprego extensivo e intensivo da força de trabalho.

Ao cumprirem essas funções na divisão internacional do trabalho, posta pela grande indústria, as economias dependentes passaram a sofrer, no âmbito do intercâmbio internacional, uma deterioração dos termos de troca a favor daqueles países, cuja produtividade do trabalho foi sempre maior que na periferia, e a transferir uma parcela do valor que produziam para as economias centrais, que lhes vendiam mercadorias a um preço de

² Dado o escopo do presente texto, não serão aludidas as polêmicas entre Marini e outros autores que trataram do tema da dependência, já amplamente discutidas, por exemplo, em COTRIM, Ivan. *Fernando Henrique Cardoso: capitalismo dependente e politicização*. São Paulo, Porto de Ideias, 2015.

produção mais baixo, em decorrência de sua produtividade mais alta, fato que resultou na queda das taxas de mais-valia e de lucro na economia dependente (subordinada).

Marini chama a atenção, apoiado em Marx, afirmando que esse intercâmbio desigual entre os países da periferia e os países do centro não é determinado pelas trocas, em si, mas pelos distintos níveis de desenvolvimento das forças produtivas existentes entre as duas regiões, que expressam graus distintos de composição orgânica do capital, portanto níveis tecnológicos e intensidade média de trabalho distintos, que, por sua vez, são confrontados no âmbito da circulação de mercadorias, cuja função é “*comparar os tempos de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias, isto é, comparar os valores destas; sobre esta base /.../ se estabelece entre elas uma relação de preços, que, por muito que varie pela ação da oferta e/ou a demanda, gira em torno da comparação dos valores*”. (MARINI, 2000b, p. 178). Sob essa legalidade, a nação com maior produtividade é aquela que expressa um trabalho mais intensivo, mas embora a produtividade reduza o valor unitário de suas mercadorias ela pode burlar a lei do valor, isto é, vendê-las por um preço *acima do seu valor*³, desde que a concorrência não a faça reduzir os seus preços até o limite do seu valor (MARINI, 2000b, p. 187), de modo que “a jornada mais intensiva de trabalho de uma nação se traduz numa expressão monetária mais alta que a jornada menos intensiva de outro país” (MARX *apud* MARINI, 2000b, p. 187).

Assim, na medida em que o nível de produtividade do trabalho das economias dependentes é sempre inferior ao dos países avançados elas transferem para esses uma parte do valor que produzem, via preços⁴, e, com efeito, sofrem uma baixa da sua taxa de mais-valia (MARINI, 2000a, pp. 121-3). Portanto, o intercâmbio desigual corresponde a graus distintos de desenvolvimento tecnológico, que perfazem o modo desigual e combinado do desenvolvimento do capital, de modo que é o padrão das forças produtivas das nações latino-americanas que as inferioriza na concorrência internacional e as impede, ao contrário dos países centrais, de extrair o valor excedente da força de trabalho sob a forma relativa⁵.

³ A nação que produza um bem que a outra não produz também pode em razão disso burlar a lei do valor e vender suas mercadorias a um preço superior ao seu valor, mas, em geral, a transferência tende a ser maior para aquelas que possuem produtividade mais alta. (MARINI, 2000a, p.121)

⁴ A transferência de valor também ocorre no âmbito do sistema financeiro quando as empresas estrangeiras remetem para o exterior parte de seus lucros ou quando o país paga a (e ou serviço) dívida externa.

⁵ Marini chama a atenção, apoiado em Marx, para não se confundir aumento da mais-valia relativa com o aumento de produtividade, em si, embora este seja condição para aquela. Quando o capitalista individual busca o aumento de produtividade do trabalho sobre uma base técnica superior, ele está permitindo ao trabalhador produzir mais produtos num mesmo tempo, cujo efeito é a redução do valor das mercadorias e não mais valor. Mas, enquanto essa aplicação tecnológica não se generaliza e uniformiza a produtividade entre outras empresas, o valor individual de suas mercadorias será atribuído pelas condições gerais da produção. É isso que permite ao capitalista individual obter uma mais-valia superior à de seus concorrentes, isto é, obter uma mais-valia

O capitalismo dependente não impediu (assim como não impede até hoje) a transferência de valor, tampouco corrigiu “o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas” (MARINI, 2000a, p.121) por meio da ampliação da capacidade produtiva do trabalho, mas, impossibilitado de incrementá-la, ao nível dos países avançados e das necessidades de sua força de trabalho, passou a compensar no plano de sua produção a perda de mais-valia por uma maior exploração do trabalho. Ou seja, a forma encontrada pelo capitalismo dependente, que possibilitou aumentar a massa de valor (intercambiado/realizado), assim como de sua cota, e desse modo neutralizar total ou parcialmente aquela perda de valor, foi a da superexploração da força de trabalho. Essa é utilizada, embora não exclusivamente, por economias de baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

A superexploração é posta em marcha pela utilização isolada ou combinada de três mecanismos, ampliação da jornada de trabalho ou intensidade de trabalho – sem a correspondente elevação salarial – e remuneração da força de trabalho abaixo do seu real valor. Em todos os casos, são subtraídas do trabalhador as condições necessárias à reposição de sua força de trabalho – isto porque é imposto ao trabalhador seja o desgaste prematuro de sua força de trabalho seja um consumo aquém do necessário à reposição de sua força de trabalho (MARINI, 2000a, pp. 121-4) - de sorte que a superexploração caracteriza-se, em geral, pela violação da lei do valor, isto é, pela remuneração da força de trabalho abaixo do seu real valor, que significa, como detectara Marx, um modo específico de ampliar o tempo de trabalho excedente, ou seja, converter parte do salário em fundo de acumulação do capital⁶. Portanto, a produção em maior escala dos países latino-americanos, que colaborou para aquela mudança de qualidade nos países centrais, isto é, que permitiu que a acumulação nesses dependesse mais do “aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2000a, p. 113), foi sustentada numa

extraordinária, que, por sua vez, altera a repartição geral da mais-valia entre os capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não altera a cota de mais-valia, uma vez que não foi alterado o grau de exploração do trabalho. Se a nova aplicação tecnológica se generaliza e se a taxa de produtividade entre as empresas se uniformiza, tem-se apenas o aumento da massa de produtos, sem variar o seu valor, cuja consequência não é o incremento da mais-valia, mas sim a sua redução. Assim, o que vai determinar o aumento da cota de mais-valia é a alteração do grau de exploração do trabalho, isto é, uma alteração na relação, que seja favorável ao capital, entre o tempo de trabalho necessário para reprodução do valor da força de trabalho e o tempo de trabalho excedente. É necessário, então, que a redução do valor social das mercadorias (o aumento de produtividade) incida também sobre os bens necessários à reprodução da força de trabalho, cujos efeitos são a desvalorização da força de trabalho e o aumento do tempo de trabalho excedente. Portanto, a mais-valia relativa é indissociável da redução do valor da força de trabalho (desvalorização dos bens-salários), “para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho”. (MARINI, 2000a, pp. 112-115)

⁶ Ou seja, “o fundo necessário do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”. (MARX *apud* MARINI, 2000a, p. 124)

maior exploração do trabalho, o que é congruente, lembra Marini, com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e com o tipo de atividade vigente na economia dependente – onde prima o trabalho vivo (MARINI, 2000a, p. 125)⁷.

Dessa forma, argumenta Marini, a superexploração não deriva do intercâmbio desigual, (embora mantenha sua continuidade), mas da forma capitalista de produção cuja febre de lucro é tão mais desenfreada quanto mais atrasada é a produção de uma nação, de modo que o intercâmbio desigual tem como efeito exacerbar esse afã de lucro e intensificar os métodos de extração do trabalhado excedente (MARINI, 2000a, pp. 124-5), logo ele influencia os mecanismos da superexploração. Contudo, ao se desenvolver um modo de produção “fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador” se coloca “em marcha um mecanismo monstruoso” que não apenas não desaparece como se agrava com o desenvolvimento tecnológico (MARINI, 2000b, p. 177), que é sempre inferior ao dos países centrais.

A superexploração da força de trabalho colocou-se, assim, como exigência do movimento real do desenvolvimento do capital/capitalismo na América Latina, que não se pôs sob as mesmas condições e padrão nos quais se desenvolvera o capitalismo clássico, de sorte que a estrutura produtiva que prevaleceu na região – inclusive com o avanço de sua industrialização, – repôs as diferenças entre ela e os países centrais, reproduziu as relações de subordinação e, portanto, a superexploração.

Ademais, destaca o autor, na medida em que a América Latina se converte em centro produtor do capital ela cria o “*seu próprio modo de circulação*, que não pode ser o mesmo que foi engendrado pelo capitalismo industrial e deu origem a dependência” (MARINI, 2000a, p. 131), mas com dinâmicas e contradições próprias. Essa particularidade do *ciclo do capital* na América Latina é desvelada por Marini justamente pelo tratamento que esta formação social dá a sua força de trabalho, que é especificado em cada uma das fases do desenvolvimento do capitalismo latino-americano e em sua vinculação com o mercado mundial: a economia agroexportadora; a fase inicial da industrialização após a crise agrária; a expansão industrial sob a égide dos investimentos estrangeiros, a partir da Segunda Guerra Mundial, e a fase aberta pela aceleração da globalização do capital nos anos noventa. Sem perder de vista os limites e as contradições que a economia agroexportadora acarretou para o

⁷ Para Marini, embora o trabalho escravo seja adaptado pelo capital, ele é “um obstáculo ao rebaixamento indiscriminado da remuneração do trabalhador” e, pois, incompatível com a superexploração da força de trabalho, que só pode existir sobre o trabalho assalariado, que tem início no Brasil no auge da produção cafeeira. (MARINI, 2000a, pp. 126-130)

desenvolvimento industrial na região latino-americana, são discutidos, a seguir, alguns aspectos a respeito das duas últimas fases, notadamente do caso brasileiro.

O desenvolvimento industrial da região teve início com a crise agrária e, no Brasil, a partir de 1930. A industrialização brasileira nasceu subsumida à atividade agroexportadora e dependente do desempenho desta para fazer frente à importação de insumos necessários à produção interna. Ao mesmo tempo, partindo de uma estrutura de mercado previamente dada por aquela forma de organização da produção, que comprime o consumo individual do trabalhador, a indústria reproduziu a acumulação baseada na superexploração da força de trabalho, assim como a forma de circulação que lhe corresponde, mas modificada: se sob o antigo eixo de acumulação havia a separação posta pelo mercado mundial entre produção (voltada para o mercado externo) e circulação⁸, com a indústria a separação passou a ocorrer no interior da economia, entre a “*esfera alta*”, que passou a ser atendida pela produção interna, e a “*esfera baixa*” restrita a uma pequena camada de assalariados (MARINI, 2000a, p.141).

Diferentemente da industrialização dos países centrais, que contaram com a formação de um mercado interno de consumo, a industrialização brasileira nos seus momentos iniciais não produzia ou produzia de modo muito restrito os bens de consumo da força de trabalho, logo as condições de salários desta não contavam para a produção daquela. Dessa forma, explica Marini, se “o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho” (MARINI, 2000a, p.142), a desvalorização das manufaturas não influencia a taxa de mais-valia, de modo que o industrial não se vê impelido a aumentar a produtividade do trabalho, mas procure aumentar a massa de mais-valia por meio da superexploração da força de trabalho, agora, realimentada pelo excedente de mão de obra produzido pela crise agroexportadora.

A aceleração da industrialização somente ocorreu a partir da segunda metade da década de cinquenta, sob o impulso do capitalismo internacional, após a recuperação europeia do pós-Segunda Guerra Mundial, - quando os pólos imperialistas visavam expandir os seus investimentos produtivos e de mercado por meio da industrialização dos países periféricos garantindo assim tanto a aplicação dos grandes recursos financeiros de que dispunham quanto

⁸ A circulação da economia agroexportadora se dividia entre duas “esferas contrapostas”: a “baixa esfera”, na qual participavam os trabalhadores, cujo consumo o sistema restringia, e a “alta esfera”, formada pelos não trabalhadores, que o sistema tendia a ampliar e que era atendida pela importação de produtos manufaturados europeus. (MARINI, 2000a, p.135)

o mercado para a sua indústria de bens de capital, em geral, aqueles que já lhes eram obsoletos.

A industrialização avançou sob uma nova divisão internacional do trabalho - que reserva aos países periféricos etapas inferiores da produção industrial -, sem previamente contar, vale sublinhar, com um setor dinâmico de bens de capital interno, o que fez com que a dinâmica da indústria dependesse, em parte, do setor de bens de capital desenvolvido pelos países centrais, via comércio mundial, e no conhecimento tecnológico destes, via, por exemplo, pagamento de *royalties* (MARINI, 1979a).

Dessa forma, a expansão da industrialização, por meio de investimentos externos diretos e da presença mais acentuada do capital financeiro internacional, que é denominada por Marini de “o novo anel da espiral”, inflectiu os mecanismos nos quais se assentava a fase anterior - cuja orientação nacionalista pretendia desenvolver a chamada indústria de base. E, ao contrário do que supunham os “desenvolvimentistas” - que a aceleração do desenvolvimento capitalista bastaria para resolver os problemas econômicos e sociais da região -, o avanço da industrialização acentuou as contradições do desenvolvimento industrial do país, repôs a sua subordinação e, pois, a superexploração do trabalho (MARINI, 2000a, p.137).

Corroborou para isso o fato de que a expansão da indústria não ocorreu mediante o incremento do consumo da força de trabalho, mas com base na expansão do setor de bens suntuários - e de insumos e de bens de capitais vinculados àqueles -, bens esses que não podiam ser consumidos pela classe trabalhadora daqui, dado o abismo existente entre o nível de vida desta e o dos setores da alta esfera da circulação, de modo que só poderiam se destinar ao consumo das camadas médias e altas da população (MARINI, 2000a, p.147). E, à medida que as inovações tecnológicas foram se concentrando nos setores suntuários (automóveis, eletrodomésticos e correlatos) e de bens de capital que o atendiam, cujo dinamismo contou com o apoio do estado à produção, ao consumo e à transferência de renda, obstava-se qualquer estímulo ao desenvolvimento tecnológico dos setores industriais tradicionalmente vinculados à produção de bens de consumo populares, cuja taxa de investimento foi muito menor que a dos segmentos suntuários, fato que impediu que a restrição salarial do período fosse acompanhada por uma redução do valor da força de trabalho, que se manteve, portanto, elevado. Assim, o aumento de produtividade do trabalho alcançado incidiu sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração do trabalhador, de modo que a introdução de novas técnicas de produção (ampliação da composição orgânica de determinados setores do

capital) não alterou a forma dominante, aqui, nas relações entre capital e trabalho, mas produziu um aumento da superexploração (MARINI, 2000a, pp. 164-5).

Ou seja, como já foi aludido, a mais-relativa não pode ser confundida com aumento de produtividade, embora esse seja condição para aquela. Esta forma de exploração apenas se estabelece quando o aumento de produtividade ou da intensidade do trabalho se estende para o setor de bens de consumo salarial, cujo efeito é a redução real do valor da força de trabalho. Dessa forma, se a indústria brasileira pautou-se pela produção de bens suntuários - que não fazem parte do consumo da classe trabalhadora - , o aumento de produtividade induzido pelas inovações técnicas desses ramos “não pôde traduzir-se em maiores lucros através da elevação da taxa de mais-valia, mas tão somente mediante o aumento da massa de valor realizado” (MARINI, 2000a, p.148). Logo, o progresso técnico alcançado, aqui, sempre inferior ao alcançado pelos países avançados, permitiu ao capitalista “intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior ao seu valor real” (MARINI, 2000a, p.147). Assim, conclui Marini, “as condições criadas pela superexploração da força de trabalho na economia dependente tendem a obstruir seu trânsito da produção da mais-valia absoluta à de mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre o capital e o trabalho” (MARINI, 2000a, p.165). Para o autor, a projeção desproporcional que assume a mais-valia extraordinária na economia dependente é resultado dessa obstrução⁹.

A introdução de inovações técnicas numa estrutura industrial de baixa composição orgânica de capital leva a uma grande “heterogeneidade tecnológica” (a distintos níveis de composição orgânica dos capitais) e a uma monopolização precoce o significa que aqueles que tenham maior composição orgânica (ramos monopólicos e ou controlados pelo capital externo, que importam bens de produção e tecnologia mais sofisticados e, portanto, produzem a custo de produção mais baixo) se apropriem, internamente, de uma mais-valia extraordinária, isto é, se apropriem de uma parte da mais-valia gerada pelos setores de menor composição orgânica, pequenas e médias empresas, que, em geral, correspondem aos setores produtores de bens-salários e aos setores de bens de capital e insumos vinculados àqueles. Impossibilitadas essas empresas de fazer frente ao padrão tecnológico dos grupos monopólicos lançam mão da superexploração da força de trabalho como forma de recompor a sua cota de lucro, isto é, buscam – sem variação significativa da produtividade - compensar a

⁹ O autor aborda mais detalhadamente essa questão da mais-valia extraordinária em MARINI, 1979b.

perda de mais-valia sofrida por meio da extração de mais trabalho não remunerado dos seus trabalhadores.

Como esses setores reúnem a maior parte da mão de obra, o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor tende a se estender, também, aos setores monopólicos, que concentram mão de obra qualificada e salários mais altos, inclusive porque o nível de remuneração dos trabalhadores é definido, em geral, pelo “nível médio fixado nas empresas que trabalham em condições médias” (MARINI, 1979a). E, na medida em que a superexploração reduz os custos de produção, todas as matérias primas e insumos sofrem uma queda de preços de mercado o que beneficia, mais uma vez, os setores monopólicos¹⁰.

Constatam-se, assim, novamente, as diferenças entre o processo de industrialização daqui e o dos países centrais, sempre desveladas por Marini pela análise do tratamento distinto que ambas as formações sociais conferem à força de trabalho. Nos países avançados, a formação e a expansão de um mercado interno de consumo seguiram indissociáveis da acumulação industrial, que se orientou, cada vez mais, pelo aumento da produtividade do trabalho, quer num primeiro momento desvalorizando os bens que compunham o valor da força de trabalho, fato que permitiu aumentar o seu poder de consumo, quer, mais tarde, convertendo os produtos suntuários (inicialmente restritos às classes altas) em produtos de consumo popular (MARINI, 2000a, pp. 136-9).

Além disso, enquanto nos países avançados, o desenvolvimento industrial começou pela produção de bens de consumo – no caso inglês pela produção têxtil -, que conduziu à produção de bens de capital para essa indústria, dando lugar, assim, a uma “industrialização orgânica” (MARINI, 1979a), a industrialização brasileira apoiou-se em bases distintas (MARINI, 2000a, p. 139). Enquanto nos primeiros, a ampliação do mercado interno permitiu internalizar os dois momentos do ciclo do capital: produção e circulação, a industrialização daqui contou de modo muito restrito com o consumo da classe trabalhadora para o seu desenvolvimento e se expandiu a partir da década de cinquenta pelos ramos suntuários, sem dispor de um setor dinâmico de bens de capital, de sorte que aqueles ramos não surgiram como desdobramento da estrutura produtiva existente, mas foram introduzidos pelo capital externo e divorciados das reais capacidades e necessidades de consumo das massas populares (MARINI, 1979a).

¹⁰ “Estabelece-se, assim, um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a cair pelo fato de que se rebaixa artificialmente o preço do trabalho, o salário”. Essa dinâmica afeta, segundo Marini, as condições na quais se realiza a segunda fase de circulação. *Id.* El ciclo del capital en la economía dependiente, *op.,cit.*

De forma que a expansão industrial da economia dependente gerou uma contradição entre o aumento da composição orgânica do capital (posta pela expansão e aumento de produtividade do setor suetuário) e a capacidade interna de consumo. Essa contradição - que é inerente à produção capitalista, mas intensificada na economia subordinada -, não pôde ser contornada sem a interferência do estado, porém a demanda criada por este, assim como as políticas de subvenção estatal a produção e ao financiamento do consumo da classe média foram insuficientes, de modo que, já no início da década de sessenta, se colocaram na ordem do dia: a dificuldade para reinvestir os lucros no mercado nacional, o aumento das remessas de lucros das empresas estrangeiras às suas matrizes, as pressões sobre as divisas disponíveis, assim como a necessidade de ampliar as exportações de manufaturados (MARINI, 2000c, p. 274).

A partir do golpe de 1964, essas contradições foram intensificadas com o aprofundamento da presença do capital estrangeiro e da subordinação do capitalismo brasileiro, uma vez que o estado ditatorial alterou de forma discriminatória os mecanismos de subsídios, que anteriormente incluíam as pequenas e médias frações burguesas, e passou a privilegiar as frações monopólicas nacionais e internacionais (MARINI, 2000b, pp. 194-5). Com isso, a ditadura minou de vez o esforço anterior, de cunho nacionalista, para estabelecer as bases de um desenvolvimento nacional autônomo. Em conformidade com esse processo de concentração do capital, o estado ampliou as políticas de atração para os investimentos externos e facilitou a remessa de lucros, ao mesmo tempo em que excluiu o segmento da classe trabalhadora, que fora relativamente contemplado pelo estado no pré-64, o que exigiu a institucionalização e a intensificação da exploração da força de trabalho: conter pela força o movimento reivindicativo das massas, determinar a fixação do reajuste salarial e substituir a estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que ampliou a rotatividade do emprego e, pois, colaborou para a fixação do salário abaixo do seu real valor¹¹.

Na medida em que a demanda dos bens suetuários se restringiu aos capitalistas e camadas médias altas e não pôde se estender aos trabalhadores, cuja capacidade de consumo foi sempre obstruída pela superexploração, o avanço técnico/produtividade - expresso por aqueles ramos produtivos - chocou-se com um mercado interno restrito, que, ademais, não pôde ser ampliado, já que a remessa ao exterior de parte da mais-valia não acumulada na

¹¹ Segundo os dados examinados por Marini, durante a ditadura militar não apenas caiu o salário mínimo como também aumentou o valor da força de trabalho, assim como aumentou a jornada e a intensidade de trabalho. (MARINI, 2000b)

economia dependente impediu que esta fosse transferida ao consumo suntuário (MARINI, 1979a). A conjugação desses dois fatores comprimiu ainda mais o mercado de consumo e passou a agravar o problema de realização do valor, colocando em risco a sustentação da mais-valia extraordinária e aumentando, assim, a necessidade de realizar massas crescentes de valor. É essa situação que reiterou, agora sob a base industrial, o papel do comércio exterior na realização do valor, isto é, levou a produção interna (tanto de bens suntuários como de bens essenciais) a se expandir para o mercado externo (regional e internacional)¹² - que será, segundo Marini, a “tábua de salvação” do capitalismo dependente brasileiro, que é incapaz de superar os seus próprios limites (MARINI, 2000a, pp. 149-50).

Dessa forma, conclui o autor, o ciclo do capital na economia dependente expressa uma série de particularidades, entre elas, o papel que desempenha o capital externo na primeira fase da circulação (da qual depende o processo de acumulação), tanto sob a forma dinheiro, quanto sob a forma mercadoria¹³; no fato da produção determinar a transferência de mais-valia para o exterior (visível na segunda fase da circulação/realização): fixar a mais-valia extraordinária e se desenvolver sobre a base da superexploração da força de trabalho, que restringe o campo de realização do valor¹⁴. Os limites impostos à segunda fase da circulação (tanto pela transferência de mais-valia ao exterior quanto pela deformação da estrutura de renda interna) levam a economia dependente a buscar a realização de parte de suas mercadorias no mercado mundial, “com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital em relação ao exterior” (MARINI, 1979a). O ciclo do capital da economia dependente encontra-se, assim, diretamente articulado com o exterior e dependente de certos fatores que estão totalmente fora de seu controle, de maneira que, argumenta Marini, quando o capitalismo brasileiro amplia o circuito da circulação de suas mercadorias, via exportações, essas garantem as condições para o desenvolvimento da acumulação - para o início de um novo ciclo do capital -, mas ao mesmo tempo implica a “reprodução ampliada da dependência”, já que se torna mais dependente das importações de capital e tecnologia externos e dependente ou da performance da balança comercial ou dos movimentos do capital externo, de sorte que a compatibilização da expansão do que Marini denomina de “subimperialismo”¹⁵ com a expansão da economia mundial, repõe, aprofundando, os

¹² Para esta finalidade conta-se, por exemplo, desde o início da década de sessenta, com o esforço de integração regional, por meio da criação da ALALC, Pacto andino e Mercado comum centro-ameriano.

¹³ Uma vez que o país depende do fluxo circulatório externo de capital dinheiro e dos meios de produção vindos do exterior.

¹⁴ As três fases do ciclo do capital: circulação, produção e circulação - D — M . . . P . . . M' — D'.

¹⁵ Dado o foco do presente texto, não cabe, aqui, discutir outras noções de Marini acerca do capitalismo brasileiro tampouco as aproximações e diferenças teóricas existentes entre este autor e outros que se ocuparam

diferentes níveis de composição orgânica entre os países centrais e os da periferia, o intercâmbio desigual, a deterioração dos termos de troca, os mecanismos de transferência de valor e, pois, o fundamento da economia dependente/subordinada: a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000b, pp. 202-3).

A última fase de entroncamento subordinado das economias latino-americanas com a economia mundial se desenvolve com a aceleração da globalização nos anos oitenta, que é analisada por Marini em artigo publicado em 1996 (MARINI, 2000c) - texto este abordado na próxima seção.

3. TENDÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL

Após destacar a magnitude e a inovação sem precedentes das transformações econômicas e sociais postas pelo processo de globalização capitalista a partir dos anos oitenta, que assinalaram a transição para uma nova etapa da história humana, Marini discorre sobre as condições históricas que desencadearam esse processo, nas quais tiveram lugar, entre outros, os limites advindos da expansão da industrialização das economias latino-americanas, que as empurraram para crise, e o recrudescimento do protecionismo nos países centrais (MARINI, 2000c, p. 274) ao final dos anos sessenta. Esse bloqueio à circulação internacional de mercadorias e de capitais, em contraste com o patamar de superprodução alcançado, empurrou ainda mais para baixo a taxa de juros, que, por sua vez, levou à crise de superprodução que se instaurou nos países centrais a partir dos anos setenta¹⁶.

Essa crise de superprodução levou a uma concentração de capitais ainda maior e a uma massa de recursos também maior para o desenvolvimento e aplicações tecnológicas, a fim de melhorar a competitividade num quadro de queda da taxa de lucros e, pois, de acirramento da concorrência internacional. Resultou daí uma nova revolução tecnológica¹⁷, que marcou o

do mesmo tema, porém vale esclarecer que aquela expansão industrial para o mercado externo (que repõe o velho modelo exportador) e as políticas do estado militar - que passou a jogar a favor das frações monopólicas do capital, em desmedro das pequenas e médias frações burguesas e, sobretudo, da classe trabalhadora - são denominadas por Marini de economia subimperialista, noção esta que traduziria, segundo o autor, o percurso específico do capitalismo dependente (tipo prussiano), cuja superação dependeria de uma revolução popular operária, isto é, a superação da economia subordinada e, pois, da superexploração da força de trabalho só seria possível se a classe trabalhadora reconhecesse os limites e contradições dessa formação social e buscasse outras alternativas. (MARINI, 1977); (MARINI, 1992)

¹⁶ Essa crise responde pelas grandes recessões de 1974-1975, 1980-1982 e 1990-1994.

¹⁷ Nos ramos da microeletrônica e de informática, telecomunicações, biotecnologia, novos materiais, energia e indústria aeroespacial.

padrão dos investimentos produtivos retomados, não de maneira linear, nas principais economias industrializadas ao final dos anos setenta e que lastreia a globalização do capital desde então.

Esse novo padrão de desenvolvimento das forças produtivas caracteriza-se pela forte incidência do conhecimento no processo produtivo e tende a aprofundar a hierarquia existente nos mercados de mão de obra, em termos de saber e capacidade técnica. Todavia chama a atenção Marini para o fato de que a superioridade e o monopólio dos países centrais em termos de pesquisa e desenvolvimento e, portanto, do seu controle sobre a descentralização da produção incidem, como sempre, na divisão internacional do trabalho, ao nível da produção, que, segundo esse autor, agrava a situação das economias latino-americanas, cujo padrão de inserção na globalização – que não fora acompanhado por políticas de defesa da economia nacional, por parte das classes dominantes locais – colocou esses países na antessala de uma situação de ampla exclusão social.

Ou seja, segundo o autor, essas economias, assim como no passado, ainda hoje não reúnem condições para fazer frente ao acelerado desenvolvimento tecnológico de ponta, que demanda massas crescentes de conhecimento e de investimento, inclusive na educação. E, na medida em que avança a produtividade do trabalho nos países centrais e, por conseguinte, crescem as suas necessidades de insumos, estes são supridos pelas economias periféricas, que passam a sofrer um processo e ou ameaça de desindustrialização, regredindo, assim, à condição de produtoras e exportadoras de bens primários¹⁸. Desse modo, a nova divisão internacional do trabalho, posta por essa fase do desenvolvimento do capitalismo globalizado, agrava a situação das economias dependentes, isto é, ela tende, segundo Marini, “a restabelecer, em um plano superior, formas de dependência que acreditávamos desaparecidas com o século XIX” (MARINI, 2000c, p. 283). Assim, tal como no passado, as mudanças operadas no capitalismo engendram, na periferia, contradições ainda mais agudas.

A classe trabalhadora dos países avançados tendia, segundo Marini, a estar submetida, também, a formas de superexploração de sua força de trabalho. Para impor esse novo padrão de desenvolvimento, que associa crescimento e expansão do desemprego e que chega a taxas de crescimento inauditas nos países centrais, foi necessário quebrar, especialmente a partir de

¹⁸ Vale registro de que essa análise de Marini data dos primeiros anos do governo Cardoso (1995-2002), de modo que o autor ressalva que está entrevedo algumas tendências da inserção internacional da região latino-americana, que eram mais pronunciadas, por exemplo, no caso chileno que no caso brasileiro.

meados da década de oitenta, a resistência do movimento operário¹⁹ e submeter a classe trabalhadora, agora assolada pelo desemprego estrutural e enfraquecimento de suas organizações sindicais, aos mecanismos de terceirização e flexibilização do trabalho, que impõem regimes mais severos em termos de intensidade e jornada de trabalho assim como de salários, que tendem, segundo Marini, a ser estipulados globalmente abaixo do valor real da força de trabalho. O autor procura validar essa tese no *modus operandis* da globalização do capital.

A partir da década de oitenta, assistiu-se a um crescimento do comércio mundial, sobretudo intrafirmas (especialmente nos setores de informática e automotivo), graças à moderna tecnologia, que facultou à produção de peças e componentes um alto grau de standardização. Este, por sua vez, exigiu a difusão mundial de equipamentos e de métodos de produção assim como de insumos de qualidade comparável, de sorte que a economia globalizada passou a se caracterizar por “uma crescente homogeneização em matéria de capital constante fixo e circulante” (MARINI, 2000c, p. 285). Essa homogeneização dos processos produtivos levou a supressão das barreiras e dos obstáculos “ao fluxo da reprodução do capital”, de sorte que se abriu uma nova fase na produção e na circulação de mercadorias que, libertada do compartimento dos mercados, dos óbices nacionais e da ingerência estatal, passou a se caracterizar “pela tendência ao pleno restabelecimento da lei do valor” (MARINI, 2000c, p. 285).

Sendo assim, a partir dos processos iniciados lá na década de oitenta, as empresas, atualmente, têm mais dificuldades de deter, por muito tempo, o monopólio tecnológico, já que a utilização de procedimentos para maximizar os seus lucros (a redução de custos com a circulação – a exemplo do *just in time* - e a descentralização produtiva – terceirização) também obriga a difusão tecnológica, embora não no âmbito da sua concepção. Desse modo, a aplicação desses novos métodos de produção e de gestão do capital expressa não apenas uma maior centralização do capital, mas também uma standardização das mercadorias e de sua intercambiabilidade, processo esse que tende, segundo Marini, a “*homogeneizar os processos produtivos e a igualar a produtividade do trabalho e, por conseguinte, sua intensidade*” (MARINI, 2000c, p. 289). Logo, esse processo tende a nivelar cada vez mais os valores das mercadorias²⁰. Trata-se de uma situação distinta da fase anterior à globalização,

¹⁹ Exemplo emblemático da ofensiva contra a classe trabalhadora foi a derrota imposta aos mineiros ingleses, em 1985, sob o governo Thatcher, que foi seguido pelos Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão.

²⁰ Ou seja, se os valores das mercadorias são definidos de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário, que, por sua vez, depende do “desenvolvimento das forças produtivas, do grau de destreza, de

uma vez que, explica o autor, enquanto, no interior de uma economia nacional, o lucro extraordinário tende a ser, em geral, um fenômeno transitório – já que a competição lá atua no sentido de nivelar o tempo médio de produção e de fixar o preço relativo da mercadoria a partir dele –, no âmbito do mercado mundial, no qual opera e se compara uma diversidade maior de níveis de produtividade e de qualificação do trabalhador, cujas informações são mais difíceis, é mais fácil ao país “com maior capacidade produtiva fazer passar como idêntico ao valor médio mundial o valor dos bens que produz” (MARINI, 2000c, p. 288).

Porém, com a globalização, essa possibilidade de as economias com maior produtividade “burlarem” a lei do valor já não existe mais, inclusive porque, paralelamente àquela dinâmica que tende a “igualar” a produtividade e a intensidade do trabalho, “o notável avanço conseguido em matéria de informação e de comunicações proporciona uma base muito mais firme que antes para conhecer as condições de produção e, assim, para estabelecer os preços relativos” (MARINI, 2000c, p. 289). Portanto, a globalização corresponde, segundo Marini, a uma fase em que o mercado mundial, ao menos nos seus ramos produtivos mais integrados, chega à sua maturidade expressa pela vigência cada vez mais acentuada da lei do valor, na medida em que suprime as diferenças nacionais que afetam a vigência dessa lei.

Com a supressão progressiva das fronteiras nacionais e com o incremento da produção, atualmente direcionada a mercados cada vez mais amplos, intensifica-se ainda mais a concorrência internacional e, com efeito, a busca por lucros extraordinários. Todavia, na medida em que essa busca por lucros extraordinários se depara com a tendência à vigência cada vez maior da lei do valor, isto é, com aquele processo, visto acima, que tende a nivelar os valores das mercadorias, aumenta a importância do trabalhador “como fonte de lucros extraordinários”, de modo que cumpre papel destacado, embora não exclusivo, a superexploração da força de trabalho.

Dessa forma, a introdução da moderna tecnologia, que implica a ampliação do desemprego, é acompanhada pela intensificação da exploração da força de trabalho que permanece em atividade. Ou seja, na medida em que, para o capital, o que continua importando é a massa de trabalho não pago, independente do trabalhador que a proporciona, ele busca maximizar essa massa ao menor custo possível, mediante aumento da jornada e da intensificação do trabalho assim como mediante redução dos salários, sem respeitar o seu

produtividade e de intensidade média da força de trabalho na produção”, (MARINI, 2000b, p. 178) e se esses quatro elementos tendem, sob a globalização, a se pôr no mesmo grau de desenvolvimento, ao menos nos ramos produtivos mais integrados globalmente, tende-se a igualar os valores das mercadorias.

valor real, isto é, por meio da conversão de parte do fundo de salário em fundo de acumulação do capital. Portanto, conclui Marini:

Deste modo se generaliza a todo o sistema, inclusive aos centros avançados, o que era uma marca distintiva (ainda que não privativa) da economia dependente: a superexploração generalizada da força de trabalho. Sua consequência (que era a sua causa) é a de fazer crescer a massa de trabalhadores excedentes e agudizar sua pauperização, no momento mesmo em que o desenvolvimento das forças produtivas abre perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual para os povos (MARINI, 2000c, p. 291)²¹.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, Marini demarca dois traços distintivos do capitalismo latino-americano, a sua subordinação constitutiva e a superexploração da força de trabalho, que deriva daquela, ambos determinados - e desvelados pelo autor – pelo processo de reprodução material particular e inseparável dos países centrais. Marini confronta, assim, distintas relações de produção demarcando os modos específicos nos quais incide a lei geral de acumulação de capital - primordialmente os diferentes níveis de formação do capital e, pois, os modos distintos que cada formação dá a sua força de trabalho - de modo que as diferenças entre ambas as formações sociais – centro e periferia - são reproduzidas e ampliadas no curso do desenvolvimento e globalização do capital.

A tese de Marini acerca da vigência cada vez maior da lei do valor e da generalização da superexploração no mundo nos enseja uma aproximação, ainda que superficial, com a análise que vem sendo desenvolvida há algumas décadas por Mézáros, especialmente em relação à lei tendencial (do capital) de nivelamento, para baixo, do índice diferencial da exploração, que tem lugar a partir da crise de superprodução dos anos setenta.

Para Mézáros, a globalização em curso é expressão da lei tendencial do capital em seu processo de expansão, mas é, também, entre outras inflexões da trajetória do capital, a tentativa de resolver – mas impossibilitada de – os problemas da própria expansão do capital, isto é, a contradição fundamental do capital desenvolvido: a crise de superprodução. Essa crise, que, como vimos acima, se instaurou a partir dos anos setenta, assumiu feições

²¹ Dado os limites do presente texto, não nos ocupamos das proposituras delineadas por Marini, na década de noventa, para a classe trabalhadora latino-americana, entre elas, a luta contra a dependência e a necessidade de estratégias de solidariedade e objetivos entre os trabalhadores dos países centrais e os da periferia.

qualitativamente novas e ameaçadoras, segundo Mészáros, para a sobrevivência da humanidade, já que, em contraste com as crises conjunturais do passado, tornou-se estrutural e insuperável sob a égide do capital (MÉSZÁROS, 2002). Não por outra razão, assiste-se, hoje, ao recrudescimento do caráter destrutivo da ordem sociometabólica do capital (cuja face mais visível é a dissipação cada vez maior de recursos naturais e humanos), à crise do estado, a ações cada vez mais ofensivas das potências mundiais, notadamente dos Estados Unidos, e, especialmente, à crescente *equalização*, para baixo, dos índices diferenciais de exploração, como *tendência global* do desenvolvimento do capital mundial (MÉSZÁROS, 1987, pp. 65-6), raiz da deterioração dos salários e das condições de vida da classe trabalhadora no mundo nas últimas décadas.

Este último aspecto é particularmente aquele que nos enseja a aproximação com a tese de Marini da generalização da superexploração da força de trabalho, de maneira que, vale sublinhar que, durante o período de expansão do capital do pós-guerra, a classe trabalhadora dos países avançados pôde se beneficiar, segundo Mészáros, da taxa diferencial de exploração, isto é, as suas condições de vida e de trabalho eram muito superiores às da classe trabalhadora dos países da periferia, que, por sua vez, asseguravam aos países avançados taxas mais elevadas de lucros, graças à maior exploração exercida sobre a sua força de trabalho. Mas, ao findar aquele longo período de expansão e mergulhar o capital em sua crise estrutural, este já não pôde deslocar as suas contradições, uma vez que, segundo o autor, o seu processo de acumulação passou, agora, a ser impactado cada vez mais pela lei tendencial de nivelamento, para baixo, do índice diferencial da exploração, de modo que o rebaixamento salarial, o desemprego estrutural e a deterioração das condições de vida passaram a assolar, também, a classe trabalhadora dos países avançados.

No entanto, parece-nos, não se pode perder de vista que o agravamento das formas de exploração no centro ocorreu sobre a quebra de um patamar de condições de vida em que teve vigência aquela experiência do chamado estado do bem-estar social, que jamais foi vivenciado pela classe trabalhadora da periferia, que, devido à sua inferioridade e subordinação econômica, conforme vimos em Marini, foi incapaz de oferecer as condições e formas de exploração da força de trabalho do capitalismo avançado. Dessa forma, para validar a tese da generalização da superexploração da força de trabalho e ao mesmo tempo saber se a intensificação da taxa de exploração no centro implica superexploração será necessário investigar - em uma futura pesquisa - a evolução da redução dos salários que teve lugar nos países centrais a partir da década de setenta e com isso verificar se esta redução conduziu ou

não a remuneração da força de trabalho abaixo do seu real valor, o que implica analisar, entre outros aspectos, a trajetória do valor (histórico) da força de trabalho nos países centrais.

De todo modo parece-nos apropriado o quadro analítico sugerido por Mészáros para a compreensão dos múltiplos e agudos problemas do trabalho, “tanto nacionalmente diferenciado como socialmente estratificado” (MÉSZÁROS, 1987, pp. 64-5). Desde já, o reconhecimento da sociabilidade regida pelo capital, inerentemente contraditória, que chega à sua maturidade em escala global e, na qual, a função primordial do trabalho continua a de produzir *valor*. Segundo Mészáros, o antagonismo “entre o capital social *total* e a *totalidade* do trabalho” é modificado em função “das circunstâncias socioeconômicas locais; da posição relativa de cada país na estrutura global da produção do capital e da maturidade relativa do desenvolvimento sócio-histórico global” (MÉSZÁROS, 1987, pp. 64-5). No entanto, alerta o autor, não se pode confundir “capital nacional total” com “capital social total”, tampouco ignorar as suas relações estruturais, de sorte que quando o capital nacional total sofre “um enfraquecimento relativo de sua posição no sistema global”, busca “compensar as suas perdas” por meio do aumento da taxa de exploração específica sobre a força de trabalho posta diretamente sob seu controle, caso contrário sofrerá uma perda de competitividade ainda maior na estrutura global do “capital social total” (MÉSZÁROS, 1987, pp. 65-6). De forma que, sempre que há saturação de espaços e de canais para nova expansão do capital ou sempre que este se veja enfraquecido na concorrência global impõe-se a intensificação da taxa de exploração sobre a sua força de trabalho como forma de contornar as conseqüências – atualmente, cada vez mais brutais - da deterioração tendencial da taxa de lucro, o que só pode conduzir, local e globalmente, a intensificação do antagonismo social próprio da ordem metabólica do capital, isto é, ao aprofundamento da contradição básica entre a sempre crescente socialização da produção - em direção à plena globalização - e sua apropriação e controle privados (MÉSZÁROS, 2002, pp. 256-7).

Ainda que possam ser detectados percursos e angulações teóricas distintos, especialmente em relação às aquisições marxianas, vale sublinhar que ambos os autores mencionados debruçam-se sobre uma tendência inamovível do capital: a sua busca pela maior exploração possível da força de trabalho, que tende a se intensificar precisamente porque, como assinala Mészáros, no curso do seu desenvolvimento, incluindo as suas etapas mais avançadas, colocam-se obstáculos ao seu objetivo determinante e subjuguante de autovalorização (MÉSZÁROS, 2002, p. 203). Essa legalidade do capital tende a se impor de forma ainda mais dramática sobre a classe trabalhadora das economias subordinadas, já que,

como salienta Marini, tal como no passado as mudanças operadas no capitalismo engendram, na periferia, contradições ainda mais agudas, logo o capital em crise, em seu estágio globalizado, agrava as diferentes composições de capital entre as duas regiões, reproduz e intensifica a subordinação da periferia, a transferência de valor desta para o centro e os mecanismos de superexploração da força de trabalho. O recrudescimento desses não é senão o ponto nevrálgico das recentes investidas que o capitalismo brasileiro/subordinado, em crise, vem impondo à classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTRIM, I. **Fernando Henrique Cardoso: capitalismo dependente e politicização**. São Paulo: Porto de Idéias, 2015.

MARINI, R.M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo, 1977. <http://www.marini-escritos.unam.mx>.

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: **Mercado y dependência**. OSWALD, Ú. (Coord.), México: Nueva Imagen, 1979a, pp. 37-55. http://www.marini-escritos.unam.mx/058_ciclo_capital_dependiente.html

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, número 20, México: D.F., editorial Era, abril-junio de 1979b, pp. 18-39, disponível: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.4.RuyMauro.pdf>.

_____. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

_____. Dialética da dependência. In: SADER, E. (org.) **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra). In: SADER, E. (org.) **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000b.

_____. Processo e tendências da globalização capitalista. In: SADER, E. (org.) **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000c.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Recebido para avaliação em 26/08/2016.

Aceito para publicação em 20/07/2017.